

**CONCIDADES PARANÁ**  
Conselho Estadual das Cidades

(1) **ATA DA OITAVA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DAS CIDADES**  
(2) **CONCIDADES PARANÁ**, realizada no dia dezessete de dezembro de 2009, com início  
(3) às **oito horas e cinquenta minutos**, na sala Iguaçu do Hotel Ello Inn, sito a Rua  
(4) Augusto Stelfeld nº 456, com a presença dos Senhores Conselheiros: **1) Alceu**  
(5) **Valdomiro Blaca do Nascimento**, suplente, segmento Movimento Sociais e Populares,  
(6) entidade Confederação Nacional das Associações de Moradores – CONAM; **2) Ana**  
(7) **Carmen de Oliveira**, suplente, segmento Área de Trabalhadores, entidade Sindicato  
(8) dos Arquitetos e Urbanistas no Estado do Paraná – SINDARQ/PR; **3) Anselmo**  
(9) **Schwertner**, suplente, segmento Movimentos Sociais e Populares, entidade Movimento  
(10) Nacional de Luta pela Moradia - MNLM; **4) Carlos Alberto Lima**, titular, segmento  
(11) Movimentos Sociais e Populares, entidade ACASCC; **5) Carlos Roberto Bittencourt**,  
(12) suplente, segmento Poder Público Estadual, entidade Secretaria de Estado da  
(13) Agricultura e do Abastecimento – SEAB; **6) Carmen Sueli Menna Barreto Gomes**,  
(14) titular, segmento Poder Público Estadual, entidade, Secretaria de Estado do  
(15) Desenvolvimento Urbano/Serviço Social Autônomo PARANACIDADE –  
(16) SEDU/PARANACIDADE; **7) Carolina Caraiba Nazareth Alves**, titular, segmento  
(17) Organizações não-governamentais –ONGS, entidade Terra de Direitos – Organização  
(18) de Direitos Humanos; **8) Denilson Pestana da Costa**, titular, segmento Área de  
(19) Trabalhadores, entidade Federação dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção e  
(20) do Mobiliário do Estado do Paraná –FETRACONSPAR; **9) Emanuel Lêem**, suplente,  
(21) segmento Movimentos Sociais e Populares, entidade, Frente Afrobrasileira de Cultura e  
(22) Estudos – FACE; **10) Hilma de Lourdes Santos**, suplente, segmento Movimentos  
(23) Sociais e Populares, entidade Movimento Nacional de Luta pela Moradia - MNLM; **11)**  
(24) **Jerson Godóy Leski** suplente segmento Observador ONG, entidade Associação de  
(25) Engenheiros e Arquitetos do Noroeste do Paraná – AEANOPAR; **12) Jiovanj do**  
(26) **Rocio Kissilevicz**, suplente, segmento Movimentos Sociais e Populares, entidade  
(27) União Nacional por Moradia Popular – UNMP; **13) Joel Tadeu Corrêa**, titular,  
(28) segmento Movimento Sociais e Populares, entidade, Confederação Nacional das  
(29) Associações de Moradores – CONAM/FAMOPAR; **14) José Aparecido Leite**, titular,  
(30) segmento Movimentos Sociais e Populares, entidade Instituto Brasileiro dos  
(31) Deficientes Visuais em Ação – IBDVA; **15) José Luiz Alves Miguel** titular segmento  
(32) Poder Público Municipal Executivo, entidade Associação dos Municípios do Vale do  
(33) Ivaí – AMUVI; **16) Lindelma Furtado de Melo Chionpato**, Titular, segmento Poder  
(34) Público Municipal Executivo, entidade Associação dos Municípios do Médio  
(35) Paranapanema – AMEPAR; **17) Luiz Carlos da Silva Herlain**, titular, segmento  
(36) Movimentos Sociais e Populares, entidade Central de Movimentos Populares – CMP;  
(37) **18) Maria das Graças Silva de Souza**, titular, segmento Movimentos Sociais e  
(38) Populares, entidade União Nacional por Moradia Popular –UNMP; **19) Maria Felomena**  
(39) **Alves Oliveira Sandri**, suplente, segmento Organizações Não-Governamentais –  
(40) ONGS, entidade Associação de Defesa do Meio Ambiente; **20) Mario César**  
(41) **Marcondes**, titular, segmento Poder Público Municipal Legislativo, entidade Câmara  
(42) Municipal de Telêmaco Borba; **21); Sérgio Ahrens**, titular, segmento Área Profissional  
(43) Acadêmica e de Pesquisa, entidade Centro nacional de Pesquisas de Florestas –  
(44) CNPF Embrapa Florestas; **22) Simone de Fátima Campos Cogo**, suplente, segmento  
(45) Poder Público Estadual, entidade Secretária de Estado do Meio Ambiente e Recursos

**CONCIDADES PARANÁ**  
Conselho Estadual das Cidades

<sup>(46)</sup>Hídricos –SEMA; **23) Valdir Aparecido Mestriner**, titular, segmento Área de  
<sup>(47)</sup>Trabalhadores, entidade Central Única de Trabalhadores – CUT/SINDIURBANO/PR.  
<sup>(48)</sup>Presentes como visitantes **Clarice Metzner e Danielle**, entidade Ministério Público e  
<sup>(49)</sup>**Terezinha Aparecida de Lima** entidade IBDVA, presentes Também o Senhor **Wilson**  
<sup>(50)</sup>**Bley Lipski**, Diretor Geral da SEDU e o Senhor **Antonio Weinhardt Junior**, Secretário  
<sup>(51)</sup>Executivo do Conselho Estadual das Cidades. A pauta para a presente reunião é a  
<sup>(52)</sup>seguinte: 1. Abertura Regimental. 2. Informes da Secretaria Executiva. 3. Aprovação da  
<sup>(53)</sup>Pauta. 4. Leitura e aprovação da ata da 6ª reunião ordinária. 5. Leitura e aprovação da  
<sup>(54)</sup>ata da 7ª reunião ordinária. 6. Leitura e aprovação da ata da 3ª reunião extraordinária.  
<sup>(55)</sup>7. Encaminhamento do GT dos Conselhos Regionais para esclarecer a Lei Estadual e  
<sup>(56)</sup>o Decreto de criação do Conselho Estadual para implementação definitiva na Gestão  
<sup>(57)</sup>Pública Estadual do CONCIDADES PARANÁ com homologação na 4ª Conferência  
<sup>(58)</sup>Estadual das Cidades em Foz do Iguaçu. 8. Necessidade ou não de Suplentes para  
<sup>(59)</sup>compor a CERV. 9. Escolha de representante do conselho para compor Comissão para  
<sup>(60)</sup>escolha de terreno em Curitiba para a Associação A Força de um Poder Maior  
<sup>(61)</sup>conforme ofício encaminhado pelo CONCITIBA. 10. Indicação dos membros da  
<sup>(62)</sup>Comissão Coordenadora que auxiliará o Presidente e a Secretaria Executiva conforme  
<sup>(63)</sup>Art.12, I, II, III e IV e §1º e § 2º do Regimento Interno. 11. Relatório da Coordenação  
<sup>(64)</sup>Executiva sobre a situação dos encaminhamentos das Conferências das Cidades e  
<sup>(65)</sup>12.Encerramento. Feita a abertura regimental pelo Sr.Wilson Bley Lipski, Presidente  
<sup>(66)</sup>“ad hoc”, com verificação do quorum, item 1, foram realizados os Informes da  
<sup>(67)</sup>Secretaria Executiva, item 2, onde consta a justificativa da ausência nesta reunião dos  
<sup>(68)</sup>seguintes conselheiros: conselheira Ana Cláudia Bento Graf – PGE, conselheira  
<sup>(69)</sup>Anaclete Fernandes Magno – AMLIPA, conselheiro Ary Talamini Jr. - SEPL,  
<sup>(70)</sup>conselheiro Emerson Alex Luchinski – AMUNPAR, conselheira Maria Arlete Rosa –  
<sup>(71)</sup>SANEPAR, conselheiro Mirabel Caldeira Lopes – ACIFI, conselheiro Otávio Batista da  
<sup>(72)</sup>Silva – SEIM, conselheiro Ronald Peixoto Drabik – ACIC e conselheira Urânia Flores  
<sup>(73)</sup>da Cruz Freitas – SPU-Pr. Foi informado também que está disponível na Secretaria  
<sup>(74)</sup>Executiva para consulta, o livro que foi solicitado pelo conselheiro Luiz Carlos Herlain  
<sup>(75)</sup>“Dinâmicas Intrametropolitanas e Produção do Espaço na Região Metropolitana de  
<sup>(76)</sup>Curitiba” – Rosa Moura e Olga Lucia C. de F. Firkowski (Organizadoras) – Rio de  
<sup>(77)</sup>Janeiro: Observatório das Metrôpoles: Observatório de Políticas Públicas Paraná;  
<sup>(78)</sup>Curitiba: Letra Capital Editora, 2009. A seguir o Sr.Wilson passou para o item 3,  
<sup>(79)</sup>Aprovação da pauta e faz a leitura dos itens, e propõe a inclusão de assunto  
<sup>(80)</sup>demandado pela Câmara Técnica de Saneamento Ambiental para uma apresentação  
<sup>(81)</sup>de itens tratados em reunião da CT. Em seguida o conselheiro Valdir Mestriner coloca  
<sup>(82)</sup>que tem alguns itens propostos para homologação pela Coordenação da 4ª CEC e que  
<sup>(83)</sup>serão apresentados pelo secretário conselheiro Luiz Herlain e seria item de inclusão na  
<sup>(84)</sup>pauta. O senhor Wilson propõe então que seja alterada a indicação do item 11 da  
<sup>(85)</sup>pauta de “indicativo” para “deliberativo fazendo parte do item que trata do relatório da  
<sup>(86)</sup>Coordenação da 4ª CEC, agrupando neste item os assuntos referentes a 4ª CEC e  
<sup>(87)</sup>continua dizendo que existem duas recomendações feitas pela CERV uma para a  
<sup>(88)</sup>cidade Londrina e para Curitiba, para que haja o respeito na composição dos conselhos  
<sup>(89)</sup>municipais e que seus membros sejam eleitos em Conferências Municipais conforme  
<sup>(90)</sup>Resolução 13/2004 do MCidades e a outra para todos os municípios do Paraná com o

**CONCIDADES PARANÁ**  
*Conselho Estadual das Cidades*

<sup>(91)</sup>mesmo teor de recomendação. Na continuidade foram colocadas para aprovação as  
<sup>(92)</sup>alterações da ata da 6ª reunião ordinária, item 4, ata esta que já tinha sido aprovada  
<sup>(93)</sup>em parte na 7ª reunião ordinária restando apreciar as alterações das conselheiras  
<sup>(94)</sup>Carmen Menna Barreto Gomes e Maria Felomena Alves Oliveira Sandri. Foi  
<sup>(95)</sup>perguntado da necessidade da leitura da ata ou se já é de conhecimento de todos as  
<sup>(96)</sup>modificações da ata. As modificações sugeridas pelas conselheiras foram aprovadas  
<sup>(97)</sup>conforme os encaminhamentos realizados. Colocado para apreciação o item 5, Leitura  
<sup>(98)</sup>e Aprovação da Ata da 7ª reunião ordinária, Sr. Wilson solicita se é de conhecimento  
<sup>(99)</sup>de todos e se existe alguma alteração, o conselheiro Alceu Valdomiro Blaca do  
<sup>(100)</sup>Nascimento coloca que seu nome não consta da ata e solicitação inclusão pois o  
<sup>(101)</sup>mesmo esteve presente e a conselheira Maria Felomena solicita correção no seu  
<sup>(102)</sup>nome incluindo o sobrenome Alves sem mais manifestações a ata foi aprovada pela  
<sup>(103)</sup>unanimidade dos presentes. Encaminhado o item 6, Leitura e Aprovação da Ata da 3ª  
<sup>(104)</sup>reunião extraordinária, Sr. Wilson consulta se é de conhecimento de todos e pergunta  
<sup>(105)</sup>se existe alguma alteração, novamente a conselheira Maria Felomena solicita  
<sup>(106)</sup>correção no seu nome incluindo o sobrenome Alves sendo em seguida a ata aprovada  
<sup>(107)</sup>sem mais alterações pela unanimidade dos presentes. Em seguida o Sr. Wilson Lipski  
<sup>(108)</sup>faz a leitura do encaminhamento do item 7 sobre o GT dos Conselhos Regionais, o  
<sup>(109)</sup>qual é solicitada a prorrogação por mais 30 dias de trabalho para adequação do  
<sup>(110)</sup>decreto de criação dos conselhos regionais justificando que “em função das  
<sup>(111)</sup>necessidades de esclarecimento das atribuições dos Conselhos Regionais face a  
<sup>(112)</sup>existência do Conselho Estadual das Cidades e determinação de procedimentos que  
<sup>(113)</sup>sejam compatíveis com as duas atividades sem que uma sobreponha a outra ou ainda  
<sup>(114)</sup>da necessidade de se determinar as atividades a serem desenvolvidas em cada  
<sup>(115)</sup>conselho e também a avaliação da real necessidade da criação de Conselhos  
<sup>(116)</sup>Regionais figuras estas pertencentes ao Decreto Estadual nº1.483/2007”. É solicitado  
<sup>(117)</sup>breve relato de esclarecimento ao conselheiro Valdir Mestriner sobre a última reunião  
<sup>(118)</sup>do GT, que informa que nesta reunião do GT foi debatido sobre as dificuldades para a  
<sup>(119)</sup>implantação dos conselhos regionais, inclusive quanto as suas atribuições e relações  
<sup>(120)</sup>com o CONCIDADES PARANÁ, e que na proposta atual existe sobreposição, e foi  
<sup>(121)</sup>sugerida a realização de seminário para discutir encaminhamento de minuta projeto de  
<sup>(122)</sup>lei para efetivação do Conselho Estadual e com isso regulamentar dentro de  
<sup>(123)</sup>parâmetros objetivos e com atribuições estabelecidas qual o papel dos conselhos  
<sup>(124)</sup>regionais com homologação na conferência estadual e posteriormente o  
<sup>(125)</sup>encaminhamento do projeto de lei do governo para a assembléia legislativa. Com esse  
<sup>(126)</sup>procedimento consolida-se o conselho estadual que não dependerá de qualquer  
<sup>(127)</sup>administração política para seu funcionamento saindo de qualquer questão que queira  
<sup>(128)</sup>interromper seu funcionamento já que o Decreto atual não dá garantia de  
<sup>(129)</sup>funcionamento e dependerá da vontade política de quem esteja governando. O senhor  
<sup>(130)</sup>Wilson comenta que existe uma vontade política atualmente para a implementação  
<sup>(131)</sup>dos conselhos regionais, mas que não há uma delimitação de espaços, não há uma  
<sup>(132)</sup>hierarquia com relação a encaminhamentos das questões regionais em relação ao  
<sup>(133)</sup>conselho estadual, outra questão era se a eleição dos conselheiros seria durante na  
<sup>(134)</sup>conferência ou durante o processo da conferência. A partir de 15 de janeiro estaremos  
<sup>(135)</sup>reunidos para formatar o seminário, discutir os pontos do decreto a serem alterados e

**CONCIDADES PARANÁ**  
*Conselho Estadual das Cidades*

<sup>(136)</sup>se transforme numa mensagem a ser encaminhada ao governo do estado para que se  
<sup>(137)</sup>institucionalize o conselho estadual não numa base jurídica de Decreto, mas sim de  
<sup>(138)</sup>Projeto de Lei. Por isso do encaminhamento da prorrogação para na primeira reunião  
<sup>(139)</sup>ordinária do ano que vem apresentar todo este relatório e já estabelecendo a data  
<sup>(140)</sup>deste seminário onde poderemos resolver as questões deste Decreto. O senhor  
<sup>(141)</sup>Wilson continua sua explanação dizendo que em conversas com conselheiros ficou  
<sup>(142)</sup>claro uma convergência no final que o estabelecimento da questão da hierarquia e  
<sup>(143)</sup>conseguimos verificar desta necessidade concluindo que se deve considerar que este  
<sup>(144)</sup>conselho estadual possa estabelecer as políticas gerais e os conselhos regionais  
<sup>(145)</sup>possam focar na sua região estas diretrizes gerais. Assim cada regional poderá  
<sup>(146)</sup>deliberar as suas questões e terá a instância do CONCIDADES PARANÁ para a  
<sup>(147)</sup>deliberação e o conselho estadual poderá até ratificar aquilo que foi feito dentro do  
<sup>(148)</sup>conselho regional, pois a figura dos conselhos regionais é um fato inovador e estamos  
<sup>(149)</sup>procurando legislação e pelo excesso acabamos repetindo todas as competências do  
<sup>(150)</sup>conselho estadual nos conselhos regionais. Como está definido atualmente os  
<sup>(151)</sup>conflitos podem haver, pois o conselho estadual poderá, por exemplo definir que a  
<sup>(152)</sup>política de moradia devem ser destinada prioritariamente à população de 0 a 3 SM, e  
<sup>(153)</sup>pode acontecer de uma regional acatar e outro regional deliberar que na sua região  
<sup>(154)</sup>será de 3 a 7 SM, como fica esta questão? E de repente poderá haver uma disputa  
<sup>(155)</sup>entre os conselhos regionais e este conselho estadual, que por sua formação,  
<sup>(156)</sup>representa todo estado do Paraná. A partir deste momento o senhor Wilson abre a  
<sup>(157)</sup>palavra orientando para que os conselheiros façam suas inscrições. O conselheiro  
<sup>(158)</sup>Jerson Leski pergunta quantas regiões são ao todo e é respondido que são seis  
<sup>(159)</sup>regiões. O conselheiro José Leite sugere que este conselho seja deliberativo, pois  
<sup>(160)</sup>discutimos políticas de estado, e que os conselhos regionais devem seguir a  
<sup>(161)</sup>hierarquia. Denilson ponderar sobre a importância dos conselhos regionais, pois  
<sup>(162)</sup>muitos assuntos estão além dos municípios, principalmente em regiões  
<sup>(163)</sup>metropolitanas, devem-se privilegiar os municípios que realizaram suas conferências  
<sup>(164)</sup>municipais e a outra ponderação de que na última conferência o governo do estado  
<sup>(165)</sup>assumiu compromisso de que se aprovaria aquela proposta de composição de  
<sup>(166)</sup>conselho através de Decreto e que em 120 dias se reuniriam para discutir o que não  
<sup>(167)</sup>aconteceu, nossa preocupação e com a continuidade, Londrina está na 4ª conferência  
<sup>(168)</sup>da cidade e ainda não implementou as ações discutidas nas conferências anteriores, é  
<sup>(169)</sup>este processo de continuidade das ações discutidas que devem ser levadas até o fim.  
<sup>(170)</sup>O conselheiro Alceu Valdomiro do Nascimento reforça que seja feita a lei, sugere que  
<sup>(171)</sup>o número de conselheiros seja menor e que sejam realizados seminários regionais  
<sup>(172)</sup>para discussão destas questões. O conselheiro Valdir Mestriner coloca que é diferente  
<sup>(173)</sup>a proposição de um conselho regional e um conselho de regiões metropolitanas, pois  
<sup>(174)</sup>as discussões do litoral e da RMC são diferentes, o Seminário terá função de  
<sup>(175)</sup>encontrar a melhor forma para resolver isso, que tipo de conselho será possível, a  
<sup>(176)</sup>proposta de fóruns de conselhos municipais apresentada é uma possibilidade, é  
<sup>(177)</sup>importante que estes conselhos sejam representativos da vontade de todos. O  
<sup>(178)</sup>conselheiro Luiz Carlos Herlain informa que está participando de várias conferências  
<sup>(179)</sup>municipais, cidades grandes e pequenas, e diz que teremos que passar pela  
<sup>(180)</sup>efetividade do controle social, e cita como exemplo: o município de São José dos

**CONCIDADES PARANÁ**  
Conselho Estadual das Cidades

(181)Pinhais fez 5 regionais, inclusive na área rural e sugeriram que o Conselho gestor  
(182)tenha 20% de participação do governo e 80% pela sociedade, pois senão for assim  
(183)não terão como administrar a cidade, quantos conselhos municipais teremos a partir  
(184)de agora da 4ª conferência das cidades e como iremos trabalhar, temos de ter em  
(185)conta que a amplitude do seminário é para que realmente analisem o que é o Paraná  
(186)o que é esse estado em termos de administração pública, como é que esse estado vai  
(187)dar conta de realizar uma distribuição de renda pública, não ficando somente nos  
(188)grandes municípios. O senhor Wilson agradece as sugestões dizendo que a linha é  
(189)esta mesmo que está sendo trabalhada e solicita que os temas de encaminhamentos  
(190)pudesse ser feito com mais brevidade e que sejam pontuais pois temos muito assunto  
(191)a tratar da Conferência Estadual, e encaminha a votação para aprovação a  
(192)prorrogação dos trabalhos do GT dos conselhos regionais e pergunta se alguém tem  
(193)alguma consideração ou é contra, e como não houve nenhuma manifestação foi  
(194)aprovado por unanimidade. O senhor Wilson pergunta aos conselheiros sobre a  
(195)possibilidade de aglutinar o item 08 da pauta, “necessidade ou não de suplentes para  
(196)a CERV” no item 11 “relatório da Coordenação Executiva da 4ª CEC” por serem  
(197)assuntos correlatos e podem ser tratados no mesmo momento, a sugestão é aceita. O  
(198)senhor Wilson passa então para o item 9 que trata da escolha de representante para  
(199)compor Comissão para escolha de terreno para a Associação A Força de um Poder  
(200)Maior conforme ofício encaminhado pelo CONCITIBA e solicita ao conselheiro Joel  
(201)Tadeu Correa que apresente relato do assunto por ser o coordenador da CT de  
(202)Habitação. O conselheiro Joel Correa informa que o CONCITIBA enviou resposta a CT  
(203)de Habitação do CONCIDADES PARANÁ encaminhando uma solução diferente do  
(204)que foi solicitado pela CTH e solicita que seja feita uma comissão no conselho  
(205)estadual que ajudará na definição da escolha de outro terreno para a Associação A  
(206)Força de um Poder Maior na área requerida e que na reunião da CT Habitação ficou  
(207)definido que seriam três membros do conselho estadual, incluindo a conselheira Maria  
(208)da Graça Silva de Souza como parte interessada, um representante CONCIDADES  
(209)PARANÁ que junto com o representante do CONCITIBA fariam parte desta  
(210)comissão. O senhor Wilson apresenta sugestão de que esta comissão possa ter  
(211)mais representantes do conselho estadual acompanhados de observadores, e abre a  
(212)palavra para os conselheiros orientando sobre a inscrição de quem quiser se  
(213)manifestar. O conselheiro Luiz Carlos da Silva Herlain comenta sobre a posição dos  
(214)membros dos movimentos sociais, indica que este ofício é fruto da posição deste  
(215)conselho estadual e demonstra que o relacionamento entre conselhos pode ser  
(216)positivo, com ganhos efetivos de quem está na luta popular. O senhor Wilson parte  
(217)para uma segunda rodada de inscrições colocando a necessidade da definição do  
(218)representante, e passa a palavra ao conselheiro Joel Tadeu Correa, que propõe que  
(219)seja ampliado para cinco representantes na comissão que foi aceito e encaminhado  
(220)para a escolha dos seguintes representantes: conselheiro Anselmo Schwertner -  
(221)MNLM, conselheiro Carlos Lima – CONAM/ACASC, conselheiro Denílson Pestana da  
(222)Costa - FETACONSPAR, conselheiro Joel Tadeu Correa – CONAM/FAMOPAR,  
(223)conselheiro Luiz Carlos da Silva Herlain – CMP e conselheira Maria das Graças Silva  
(224)de Souza como a representante da entidade interessada. O encaminhamento será  
(225)providenciado pela Secretaria Executiva, através da presidência do CONCIDADES, e

**CONCIDADES PARANÁ**  
*Conselho Estadual das Cidades*

(226)deverá ser marcada data para a visita a ser realizada com o representante do  
(227)CONCITIBA. O senhor Wilson passa ao item 10 da pauta e solicita a indicação dos  
(228)membros da Comissão Coordenadora que auxiliará o Presidente e a Secretária  
(229)Executiva até o final da próxima reunião ordinária de nº 09 conforme prevê o  
(230)Regimento Interno do conselho. São indicados: conselheiro Luiz Carlos Herlain da  
(231)CMP, conselheiro Carlos Lima da CONAM/ACASC, conselheira Carolina Caraíba  
(232)Alves da Terra de Direitos, conselheiro Valdir Mestriner da CUT/SINDIURBANO,  
(233)conselheira Lindelma Furtado Chionpato da AMEPAR e conselheira Carmen Menna  
(234)Barreto Gomes da SEDU/PARANACIDADE. A seguir o senhor Wilson encaminha o  
(235)assunto que foi colocado da CT Saneamento Ambiental são quatro demandas sendo  
(236)que três podem ser encaminhadas através de ofício que é uma prerrogativa das CTs.  
(237)restando então uma demanda envolvendo o CONCIDADES, SANEPAR, IAP,  
(238)SUDERSHA, SEMA, Municípios e órgãos afins propondo uma Oficina de Saneamento  
(239)de Esgotamento Comercial de Poluente Perigoso. O senhor Wilson solicita a  
(240)conselheira Maria Felomena Sandri que apresente o texto da proposta para  
(241)encaminhamento no conselho estadual e sugere tirar um grupo pequeno de trabalho  
(242)para discutir a formatação das oficinas e seminários que estão sendo propostos e este  
(243)grupo futuramente poderia se tornar permanente devido sua expertise e propõe que  
(244)este grupo seja composto por não mais de cinco conselheiros. A conselheira Maria  
(245)Felomena Sandri informa que este debate já vem da primeira reunião da  
(246)CTSaneamento Ambiental e que este problema vem de que o esgotamento sanitário  
(247)do comércio emite muitos resíduos de metais pesados (consultórios odontológicos,  
(248)gráficas, postos de serviços, laboratórios, hospitais, etc.) que vão para as galerias de  
(249)águas pluviais e posteriormente para os rios, prejudicando a pesca, aos usuários dos  
(250)rios e que a SANEPAR diz que não faz parte do seu contrato com os municípios este  
(251)tratamento; e as prefeituras permitem que estes resíduos vão para as galerias de AP;  
(252)e os profissionais projetistas colaboram colocando em seus projetos quando tratam de  
(253)resíduos que “vai para galeria AP”; todos os demais resíduos existentes nas ruas  
(254)acabam indo para as galerias de águas pluviais que desembocam normalmente em  
(255)áreas rurais gerando protesto dos habitantes desta área. A conselheira Maria  
(256)Felomena conclui que tem dúvida se é mesmo uma oficina, mas tem certeza de que  
(257)tem de haver este debate e com envolvimento das entidades citadas. Neste momento  
(258)o senhor Wilson abre as inscrições para manifestações. O conselheiro Sérgio Ahrens  
(259)reforça a oportuna proposição desta oficina e argumenta que associado a este tema  
(260)de poluição de corpos d’água existe também a questão da proteção dos corpos d’água  
(261)e a proteção dos cursos d’água são essenciais, informa que com a chegada das  
(262)chuvas se agravam os problemas com perdas de patrimônio público e privado e  
(263)perdas de vidas o que é pior, se apresenta para compor a comissão organizadora,  
(264)reforça que a cobertura vegetal na margem dos rios é essencial, também coloca que  
(265)uma lei estadual de Santa Catarina alterou a indicação de lei federal de faixas  
(266)marginais de córregos e rios de 30metros reduzindo estas faixas para 5m, o que é um  
(267)perigo, principalmente para o Vale do Itajaí. O conselheiro José Leite informa sobre  
(268)uma notícia jornalística sobre a quantidade de medicamentos, remédios e antibióticos  
(269)que são jogadas na rede de esgoto e que em pesquisa na represa do Rio Irai que  
(270)abastece Curitiba e Região Metropolitana que demonstrou que esta havendo mudança

**CONCIDADES PARANÁ**  
*Conselho Estadual das Cidades*

(271)de sexo nos peixes, infertilidade das mulheres e resistências das bactérias aos  
(272)medicamentos ali colocados fora os problemas que pode estar causando nos  
(273)consumidores desta água. O conselheiro Luiz Carlos Herlain duas questões são  
(274)importantes para a oficina, a primeira questão é do território que é um só, não existe  
(275)esta questão de terra urbana ou terra rural, é uma invenção capitalista para  
(276)exploração da terra, coloca o prejuízo do lucro acima da vida, porque diminuiram a  
(277)faixa de preservação dos rios, não podemos mais ficar com esta divisão urbano/ rural,  
(278)reforça a importância do evento, e sugere trazer um cientista para o debate e a outra  
(279)questão é o lucro da SANEPAR neste processo, estes temas tem-se que ser levado  
(280)para a discussão na oficina. O conselheiro Carlos Lima inicia dizendo da importância  
(281)da temática e informa que aqui em Curitiba tem muito mais resíduos indo para as  
(282)galerias que desembocam nos rios, parabeniza pela iniciativa, e que o conselho  
(283)estadual deve ter posições conclusivas e normativas em nível de informação deste  
(284)assunto, o interesse de resultado operacional em detrimento dos interesses da saúde  
(285)e da visão a médio e longo prazo da sustentabilidade ambiental de empresas de  
(286)saneamento tem que ser questionado, tem que parar de dar cesta básica nas favelas,  
(287)e aproveitar os investimentos federais e estaduais que estão sendo feitos, as vezes  
(288)não é problema da SANEPAR o maior problema são as empresas terceirizadas e  
(289)quarteirizadas; dar subsídios aos recursos públicos que vem sendo marcantes nos  
(290)últimos anos porque nunca foi feito no Brasil grandes investimentos em saneamento  
(291)público e que não está tendo fiscalização como o resultado muito favorável no litoral  
(292)do estado onde a responsabilidade não só das empresas mas também dos usuários  
(293)tem que ser auferidas, a oficina tem que levar em conta a responsabilidade coletiva. O  
(294)senhor Wilson comenta que estamos verificando neste momento o que são as  
(295)atribuições e competências deste conselho, discutindo política pública e que  
(296)precisamos tirar um posicionamento deste conselho e encaminhar aos responsáveis  
(297)para que se tenham ações positivas como resultado, em seguida abre a segunda  
(298)rodada de inscrições. A conselheira Simone de Fátima Cogo como representante do  
(299)setor público do meio ambiente se pronuncia que é favorável as questões colocadas e  
(300)solicita que se garanta a participação de entidades públicas como a SANEPAR, que  
(301)se garanta o Instituto das Águas, para que estes órgãos tragam suas manifestações  
(302)participem das discussões e tragam suas informações para serem repassadas já que  
(303)são constantemente envolvidos e porque também não é só o poder público o  
(304)responsável por esta questão o usuário também é responsável, existem uma série de  
(305)fatores não é só o comércio, são as áreas de invasão instável, o agrotóxico da área  
(306)rural e temos que considerar que a água permeia toda a questão ambiental. A  
(307)conselheira Maria Felomena Sandri informa que foi lançado pelo IAP e apresentado no  
(308)CREA uma matriz para os licenciamentos ambientais, este tema trata dos casos em  
(309)que deveria haver um tratamento prévio, onde não existe rede de esgoto esta nova  
(310)modalidade representa um grande avanço na área de licenciamento ambiental mas  
(311)não tem nada a ver com o que estamos propondo para a oficina só queria deixar  
(312)registrado este procedimento entre IAP e CREA. O conselheiro Anselmo Schwertner  
(313)sugere que seja convidada para participar da oficina a Itaipu Binacional, com o  
(314)programa Água Boa que está tendo uma experiência muito boa e também para  
(315)verificar se o programa é tudo isto que dizem. A conselheira Lindelma Furtado

**CONCIDADES PARANÁ**  
*Conselho Estadual das Cidades*

(316) Chionpato parabeniza pelo esforço para aumentar para 300 municípios as  
(317) conferências municipais e comenta sobre o seminário da Região Metropolitana de  
(318) Curitiba e que indagou ao Secretário quando seria realizado o seminário das outras  
(319) cidades do Paraná inclusive o seminário da Região Metropolitana de Londrina e  
(320) termina dizendo que era o registro que queria fazer. A conselheira Carmen Menna  
(321) Barreto Gomes informa que está a disposição na biblioteca da SEDU um kit sobre  
(322) Planos de Saneamento Municipais e Estaduais do MCidades e a Secretaria Nacional  
(323) de Saneamento informa que qualquer pessoa física ou qualquer município pode  
(324) solicitar este kit, que é enviado por correio são quatro ou cinco exemplares e sugere  
(325) também convidar alguém do Ministério das Cidades da Secretaria de Saneamento  
(326) para a oficina. O conselheiro Valdir Mestriner sugere que sejam convidados os  
(327) Conselhos de Saúde e de Meio Ambiente e faz sugestão para a CT Saneamento  
(328) Ambiental de discutir a questão dos poços artesianos porque a qualidade desta água  
(329) não é controlada por ninguém segundo informações dos técnicos da SANEPAR que  
(330) expuseram em reunião anterior do conselho estadual. O senhor Wilson encaminha a  
(331) composição da comissão que fica assim formada:, conselheira Maria Felomena Alves  
(332) Oliveira Sandri - ADEMA, conselheiro Sérgio Ahrens – EMBRAPA FLORESTAS,  
(333) conselheira Simone de Fátima Campos Cogo - SEMA conselheiro Luiz Carlos da Silva  
(334) Herlain - CMP e alguém da SEDU que será determinado pela Presidência, e  
(335) acrescenta da expectativa de se fazer um bom planejamento, para com isto ter uma  
(336) grande efetividade dos objetivos a serem traçados. Também será encaminhado pelo  
(337) grupo formado o Seminário de Mobilidade, que já está estruturado. Na sequência o  
(338) senhor Wilson encaminha o assunto do item 4 que tratará do Relatório da  
(339) Coordenação Executiva da 4ª Conferência Estadual das Cidades que na pauta tratava  
(340) de matéria indicativa e foi alterada no início desta reunião para que seja deliberativa,  
(341) informa que passará a presidência para a conselheira Carmen Menna Barreto Gomes  
(342) e para o conselheiro Luiz Carlos Herlain, e conclui pedindo apoio a essa Coordenação  
(343) Executiva e sugere que se mantenha a inscrição para manifestações que faz com que  
(344) todos tenham oportunidade de se manifestar, parabeniza pelo comprometimento dos  
(345) conselheiros nas causas do conselho estadual e o envolvimento de todos nos debates  
(346) de maneira propositiva e positiva que na maioria das vezes trouxeram as demandas  
(347) para discussão, agradecendo também a colaboração no desenvolvimento da  
(348) condução dos trabalhos da mesa coordenadora e nos trabalhos das Câmaras  
(349) Técnicas. Acrescenta que o processo das conferências é um processo democrático e  
(350) que o aumento para os quase 300 municípios que estão se propondo a fazer ou já  
(351) fizeram suas conferências municipais neste momento, sem obrigatoriedade, prova  
(352) este fato. O senhor Wilson continua dizendo que os compromissos lembrados pelo  
(353) conselheiro Denílson da realização de um seminário para discussão do Decreto se  
(354) não foi possível no prazo inicialmente acordado ganha um aspecto mais profundo  
(355) neste momento quando já pela experiência adquirida poderemos formatar um projeto  
(356) de lei que torne perene o conselho estadual e o tempo nos proporcionou  
(357) amadurecimento para instituímos um conselho de qualidade corrigindo alguns pontos  
(358) que provavelmente naquela oportunidade ainda não teriam surgido. Antes de passar a  
(359) presidência da mesa para a Coordenação Executiva da 4ª CEC o senhor Wilson abre  
(360) a palavra, mediante solicitação. O conselheiro José Leite agradece a sua participação



**CONCIDADES PARANÁ**  
*Conselho Estadual das Cidades*

(361)na presidência, que deu a estrutura e apoio para trabalharmos, agradece pelos  
(362)movimentos sociais. O senhor Wilson encerra sua participação dizendo que estamos  
(363)na mesma luta por um desenvolvimento da sociedade. Inicia a apresentação do  
(364)relatório da 4ª CEC a conselheira Carmen Menna Barreto conforme item 11 da pauta.  
(365)A conselheira Carmen apresenta o relatório informando que em planilha passa de 275  
(366)os municípios agendaram suas conferências municipais, 180 conferências  
(367)municipais já foram validadas na 1ª etapa, 95 municípios já encaminharam as  
(368)documentações de delegados e propostas resultado das conferências, e 104  
(369)municípios já realizaram suas conferências e como resultado até o momento temos  
(370)836 propostas transcritas, com 1.783 delegados inscritos no sistema da conferência.  
(371)Alguns problemas que chegaram até a Coordenação Executiva envolveram municípios  
(372)de maior população do Paraná que foram: Curitiba, Londrina, Umuarama, Guarapuava  
(373)e Ponta Grossa, mas nenhum deles chegou a apresentar recurso sendo resolvidos os  
(374)impasses. Quanto aos Conselhos municipais, foi encaminhado e-mail de orientação às  
(375)Prefeituras, pois havia muitas dúvidas. Na 2ª etapa da validação, onde são feitas as  
(376)análises dos Delegados e entidades, foram verificadas as inscrições de entidades que  
(377)não estão vinculadas ao desenvolvimento urbano, pois a justificativa dos municípios é  
(378)que se não fosse assim haveria inviabilização das suas conferências. Quanto à  
(379)prorrogação de prazo pelo Ministério das Cidades, para 31 de janeiro de 2010 das  
(380)aglomerações de municípios, mas com eleição de Delegados em separado esta foi  
(381)acatada e sendo que assim estão propostas alguns agrupamentos no Paraná. Esta  
(382)definição do MCidades foi repassada as associações, conselheiros e prefeituras que  
(383)ainda não haviam convocados suas conferências. Neste momento foi apresentado o  
(384)mapa com a indicação dos municípios que estão com suas conferências convocadas,  
(385)mostrando que na área central do estado estendida para a região sul é a área onde foi  
(386)feito um esforço maior para mobilizar os municípios para realizarem suas conferências  
(387)municipais ou em agrupamento e que o resultado nestas regiões deixaram a desejar.  
(388)Informa que o sistema será fechado para cadastramento em 15 de fevereiro de 2010.  
(389)As inscrições das entidades estaduais serão abertas de 1 a 15 de março para o  
(390)cadastramento, que representa o número de 62 Delegados natos e 180 Delegados da  
(391)sociedade civil e órgãos públicos de abrangência estadual. Com relação à Conferência  
(392)Estadual ficou definida que a Coordenação Executiva é a Comissão do evento, sendo  
(393)que no Regulamento já houve uma 1ª adaptação e será encaminhado para a  
(394)Comissão de Regulamento que é a mesma comissão que foi formada para definição  
(395)do Regimento, o prazo para finalização do Regulamento é final de fevereiro e será  
(396)realizada uma reunião de finalização em 21 de janeiro. A próxima reunião da CERV  
(397)está marcada para 22 de dezembro. A próxima reunião da Coordenação Executiva  
(398)está marcada para 22 de janeiro e a outra será na véspera da reunião do conselho  
(399)estadual. Para a definição do palestrante ficou acordado que seja uma pessoa de  
(400)renome nacional e que a abordagem desta palestra magna seja mais humana do que  
(401)técnica. Foram sugeridos vários nomes e ficaram responsáveis pelos contatos à  
(402)conselheira Urânia Flores e a colaboradora Rosa Moura. É necessário já começar a  
(403)pensar nas indicações dos relatores e coordenadores de grupo e se possível também  
(404)facilitadores ou palestrantes para cada um dos eixos. Foram definidos alguns itens a  
(405)serem defendidos na Conferência Estadual: que o sistema de acompanhamento dos

**CONCIDADES PARANÁ**  
*Conselho Estadual das Cidades*

(406) conselhos criados seja feito em cartilha de apresentação; encontro anual de  
(407) representantes de conselhos municipais; encaminhar sugestão ao MCidades que este  
(408) procedimento seja promovido no âmbito nacional; definição no regulamento da  
(409) Conferência Estadual de forma mais clara e objetiva das entidades que participam do  
(410) processo das conferências e das atividades de desenvolvimento urbano considerando  
(411) as recomendações do conselho nacional e recomendação também que nas próximas  
(412) conferências haja participação no segmento do poder público de entidades  
(413) representativas do poder legislativo municipal e das esferas estadual e federal. Neste  
(414) momento é dado como concluído o relatório da Coordenação Executiva e é aberta a  
(415) palavra para manifestações dos conselheiros. A conselheira Maria Felomena comenta  
(416) sobre o ocorrido em Umuarama com a inscrição da Loja dos Maçons como ONG's,  
(417) não queriam ler o Regulamento, houve necessidade de enfrentamento e em nossa  
(418) reunião passada aqui do conselho estadual vimos que os empresários não aceitam  
(419) cooperativas. Na 3ª Conferência em Foz do Iguaçu teve entidade de Umuarama que  
(420) não pode participar, pois não foram aceitas em nenhum grupo formado, é necessário à  
(421) reeleitura de quem pode participar e deve ficar claro pelo menos para a 5ª Conferência,  
(422) pois na Conferência de Umuarama conseguimos dar um norte, mas tivemos que ir  
(423) para o enfrentamento. No Conselho de Saúde das entidades participantes já existe  
(424) conhecimento das pessoas e seus estatutos, não entra entidade de última hora. O  
(425) conselheiro Carlos Lima participa de várias, e lamenta o ocorrido com a Conferência  
(426) de Saúde Ambiental, vai fazer combate, pois não concorda com a representação que  
(427) aconteceu, não é possível abrir precedentes para entidades religiosas, partidos  
(428) políticos e outras entidades que já foram colocadas pelo Conselho Nacional como  
(429) entidades que não participam de Conferência das Cidades. Vem pessoas que não tem  
(430) a menor vinculação orgânica, documental, legal sobre essa situação e fica pulando  
(431) atrás de passagens da representatividade que dá. É necessário moralizar a questão  
(432) das entidades, a inscrição das entidades, pois o segmento social é o que é mais sofre  
(433) com isso. É necessário ter a identificação dos delegados pelas suas entidades. A  
(434) questão do Regulamento tem que estar de acordo com o regulamento nacional,  
(435) somente Delegado e Suplente sem mais possibilidades. A reunião de municípios é  
(436) uma medida correta, mas tem que se garantir a participação e representatividade do  
(437) município e se for o caso tem que se pedir comprovação de endereço nos municípios.  
(438) O conselheiro José Leite observa sobre o atendimento às pessoas com deficiência e  
(439) se as informações dos Delegados municipais constam se a pessoa possui deficiência  
(440) para que durante a Conferência Estadual sejam identificados essas pessoas e  
(441) colocadas nos hotéis com acessibilidade e com acompanhantes. A conselheira  
(442) Carmen Menna Barreto informa que este assunto está sendo observado como foi em  
(443) 2007 e que já durante a inscrição dos Delegados que pergunta se possui alguma  
(444) deficiência e qual o tipo, o sistema também armazena esta informação e pode-se tirar  
(445) um relatório só das pessoas deficientes com o tipo de deficiência que a mesma  
(446) possui. O conselheiro Luiz Herlain está trabalhando para que as conferências  
(447) respeitassem a situação local e a cultura local, fez vários contatos com os  
(448) conselheiros municipais para evitar invalidações de indicações, as recomendações  
(449) são mais democráticas, ressalta que a responsabilidade desta conferência cabe a  
(450) estrutura do Conselho Estadual das Cidades e aos seus 31 conselheiros e de cada

**CONCIDADES PARANÁ**  
*Conselho Estadual das Cidades*

(451) segmento que compõe o conselho, pois somos todos militantes políticos e temos  
(452) embates políticos, ideológicos, filosóficos, de concepção, e temos como prática desde  
(453) a 1ª Conferência de trabalhar dentro do processo do respeito, respeito humano,  
(454) respeito institucional, em função disso o trabalho na maioria das vezes é feito através  
(455) de recomendação e esse conselho das cidades, eu reputo, é a maior democracia que  
(456) nos temos no Brasil e outros conselhos vêm pondo em prática muito do que nós  
(457) realizamos aqui. E digo muito fraternalmente que não se impõe mudança de cultura  
(458) com discurso, mudança de cultura é prática política. E a prática política se dá lá no  
(459) município com debates para decisão do voto no momento da decisão da escolha de  
(460) delegados, no momento da disputa política, onde estão lá todos os interesses dos  
(461) partidos, das igrejas, dos clubes de futebol. É necessário aprimorar e arrumar o  
(462) sistema, mas não é a Coordenação da 4ª Conferência que vai dar conta de resolver  
(463) todos os problemas. Por isso foi feita a reunião da Coordenação, por isso foi feito este  
(464) relatório e por isso nós estamos aqui fazendo esse debate e é em cima destas  
(465) definições que temos de continuar trabalhando. Conclui dizendo que acompanhou  
(466) varias conferencias e que os problemas de representação e de entidades devem ser  
(467) bem reduzidos inclusive nas questões da política partidária, das pastorais, poucas  
(468) entidades congregacionais e igrejas, pois está sendo dada maior atenção pelos  
(469) coordenadores e participantes municipais. O conselheiro Valdir Mestriner comenta  
(470) sobre as entidades eleitas, e na verificação pela comissão de validação ficou difícil de  
(471) definir e a comissão não se achou apta a definir estas questões e em função disso  
(472) resolveu-se trazer para a reunião do CONCIDADES PARANÁ, pois validar questões  
(473) que a nossa recomendação não permite precisava-se ter uma definição da CERV no  
(474) seu pleno ou do conselho estadual e por isso foi trazida esta discussão aqui. É muito  
(475) complicado validar questões que não estão definidas corretamente, existem  
(476) cooperativas em vários segmentos é necessário se ter clareza, não é patrulhamento  
(477) ideológico muito menos definição ideológica do que é um ou outro segmento. Existe  
(478) duas formas de resolver estas questões: uma é não viabilizar ninguém que foi eleito  
(479) delegado em seu município e se inclua em representatividade duvidosa e a outra é  
(480) quem não segmento não será enquadrado em nenhum segmento, a pessoa pode até  
(481) ir, mas não participará das definições dos conselheiros estaduais nem dos delegados  
(482) a nacional. Temos uma posição política a ser tomada e definir qual é a solução para o  
(483) problema e a SEDU deve dar estrutura para resolver como encaminhar a solução  
(484) dada aqui para os municípios. O conselheiro Alceu Valdomiro do Nascimento se  
(485) apresenta como membro da CERV e comenta que houve problemas em Guarapuava, com  
(486) o Regimento sem discussão, com entidades fora das recomendações do lho  
(487) nacional, representantes de conselhos de segurança, igrejas, que estão sendo  
(488) julgadas, pois estavam irregulares e concorda que tem que ser seguidas as orientações  
(489) do Concidades e agradece a colaboração e apoio que a CREV prestou a Conferência  
(490) de Guarapuava, que estava com dificuldades de indicar seus representantes de  
(491) acordo com o Regimento Estadual e estavam sendo indicados pessoas de outros  
(492) segmentos para compor o segmento social e popular e que agora as indicações serão  
(493) as adequadas conforme determina o regimento estadual e as proporcionalidades dos  
(494) segmentos. A conselheira Lindelma Furtado Chionpato comenta das dificuldades que  
(495) teve em Londrina, agradece o apoio do conselheiro Luiz Herlain no suporte das

**CONCIDADES PARANÁ**  
*Conselho Estadual das Cidades*

(496) orientações para a encaminhamento da conferência de Londrina junto ao IPPUL, do  
(497) conselheiro Valdir Mestriner que esteve presente no dia da conferência municipal e  
(498) enriqueceu o processo da conferência acompanhado do conselheiro Denílson Pestana  
(499) e do conselheiro Joel Correa. Solicitou pessoalmente o envolvimento a participação da  
(500) AMEPAR e do governo municipal na conferência municipal e solicitou também que as  
(501) organizações se preocupassem com o comprometimento dos delegados participantes.  
(502) A conselheira Hilma de Lourdes Santos diz que no papel de representante do  
(503) conselho as conferências responsabilidade dos conselheiros, e que reclamou pela  
(504) indicação de uma pessoa de uma entidade para compor a comissão preparatória da  
(505) Conferência de Curitiba como representante do segmento dos trabalhadores esta  
(506) pessoa sempre foi do segmento popular, e ainda esta vaga deste segmento cabia a  
(507) um conselheiro nato do segmento dos trabalhadores. Por esta indicação foi solicitado  
(508) diretamente a entidade que indicou a representante que a indique daqui para frente  
(509) como sua representante do segmento dos trabalhadores como Delegada e não mais  
(510) no segmento popular utilizando assim o critério que está definido que o representante  
(511) tem que entrar por uma entidade e nela permanecer até o final do processo das  
(512) Conferências das Cidades e não acredito que esta representante fique no segmento  
(513) popular, pois estamos perdendo pessoas para outras entidades. Tem que se tomar  
(514) posição sim sobre estas questões de representantes de entidades e da postura dos  
(515) segmentos e que o conselho nacional não coloque estas definições somente como  
(516) recomendações, mas que transforme em lei. Dou mais uma informação do que  
(517) ocorreu desta vez na Conferência Municipal de Almirante Tamandaré em que um  
(518) vereador foi para a comissão preparatória e para a conferência como representante do  
(519) Sindicato Rural. O conselheiro Carlos Lima inicia colocando que primeiro vou refazer  
(520) as colocações feitas dizendo que estamos aqui para avançar não podemos permitir o  
(521) aparelhamento dos movimentos sociais sob a ótica religiosa, ideológica, filosófica e  
(522) política, pois temos que ter postura ver quais são os interesses e ver quem está  
(523) interessado em procedimentos desta forma e que interesses são estes. Não é possível  
(524) o estado brasileiro ter cor, matiz e ideologia, não concordo com isto. É uma questão  
(525) de representatividade da sociedade, ninguém vai glosar maçonaria, igreja, não vai  
(526) glosar nem cortar ninguém, mas tem que ver seriamente o que está acontecendo  
(527) nestas situações. Conselho estadual e conselhos municipais das cidades são os mais  
(528) avançados dos conselhos porque não permite situações espúrias. Quem quer fazer  
(529) política que faça na sua agremiação e não venha impor ao outro o que pensa e  
(530) determinar padrão de conduta aqui. Quero saber quem são os delegados indicados,  
(531) quem são estas entidades para responsabilizá-las. Não estou aqui para fazer acerto  
(532) político com ninguém, estou aqui para garantir os avanços da participação  
(533) democrática da representatividade universal de políticas a todas as mulheres,  
(534) crianças, homens e pessoas não estou aqui para contemplar meu grupo nem meu  
(535) partido nem meu município este é um conselho de direito ainda que nossos  
(536) governantes o tenha tornando diretivo e não consultivo. Eu faço política no meu  
(537) segmento, mas o conselho tem que garantir o ordenamento jurídico o estado de  
(538) direito, ou seja, as liberdades e individualidades. Não estou querendo invalidar nada,  
(539) nenhuma conferência, a CERV tem condições e todas as prerrogativas de validar as  
(540) rências e os delegados. Está havendo uma interpretação errada da situação porque

**CONCIDADES PARANÁ**  
*Conselho Estadual das Cidades*

(541)nós temos que glosar ou não os Delegados é uma atitude de ação. Um Delegado  
(542)escolhido em um município tem legitimidade de pleitear a vaga ele não pode ser  
(543)excluído do processo de eleição, ele sim pode inviabilizar, se for validado por essa  
(544)comissão que está reticente em tomar posição política, jurídica aí sim vamos ter  
(545)problema com a conferência, se a conferência está validada, tem que validar a  
(546)delegação daquela conferência, delegado por delegado porque esta situação não  
(547)pode continuar, e conclui que o movimento social tem que se posicionar para não  
(548)aceitar o que aconteceu na Saúde Ambiental. O conselheiro Anselmo Schwertner  
(549)concorda com o Wilson com o avanço das discussões políticas neste conselho, avalia  
(550)que o movimento social que tem grande representação dará o avanço ou o retrocesso  
(551)nesta conferência e é de nossa responsabilidade esta questão e encaminhamento que  
(552)devemos fazer uma reunião na SEDU e fazer uma análise de quem é quem de  
(553)cada Delegado e propor seriamente como resolver estas demandas para não deixar  
(554)ir para a conferência em Foz do Iguaçu onde poderemos ter um retrocesso em todo  
(555)o avanço já conquistado. O conselheiro Denílson Pestana apóia a fala da  
(556)conselheira Hilma e comenta que existe um vício de origem, é condenável  
(557)moralmente, cita o exemplo do presidente da COHAB de Londrina que está como  
(558)delegado pelo segmento entidade profissional por ser engenheiro, deveria ser do  
(559)poder público municipal onde está sua origem atual. Tem entidades importantes que  
(560)ficaram de fora. Não temos condições políticas para resolver, mas podemos sugerir ao  
(561)conselho nacional. Por isso nosso problema está na origem da falta de definição  
(562)clara do conselho nacional do que é permitido e do que é proibido, porque tudo que  
(563)não é proibido é permitido ter recomendação serve para pouca coisa. Não é só  
(564)problema da nacional é nosso problema também, pois poderíamos ter decidido aqui  
(565)antes de iniciar o processo das conferências e definido o critério claro, não pode,  
(566)não vai, não tem condição de inscrever como delegado desta instituição e finalizar a  
(567)discussão. Do ponto de vista dos trabalhadores a nossa composição de segmento  
(568)está distorcida, pois temos entidades de importância em alguns municípios que não  
(569)estão presentes. Como é um problema de origem não temos condições de resolver  
(570)moralmente neste momento o que já ocorreu temos que aceitar e ver como fazer  
(571)para procedermos daqui para frente para nossa conferência estadual e buscar  
(572)resolver definitivamente para a 5ª Conferência das Cidades. A conselheira Maria das  
(573)Graças de Souza coloca que o conselheiro Denílson foi feliz quando colocou que o  
(574)que não é proibido é permitido e as recomendações não tem surtido o efeito  
(575)desejado. Em Fazenda Rio Grande foi mal divulgado e estava com presença maciça  
(576)do poder público com 14 pessoas, o Regimento da conferência é muito fraco. Após  
(577)a mobilização os movimentos sociais e outros segmentos conseguiram levar 18  
(578)pessoas da sociedade civil, comenta sobre a Conferência de Curitiba, que elegeu  
(579)pessoas que nunca ouviram falar, e a delegação que saiu foi muito horrível, com  
(580)entidades duvidosas. É necessário que o conselho nacional defina de maneira firme  
(581)estas questões senão será difícil de conduzir o processo com entidades como estas.  
(582)O conselheiro Valdir Mestriner comenta que estamos com grandes problemas para  
(583)resolver, uma coisa é o que se considera que é moral que é legal, outra coisa é o  
(584)marco legal onde a gente tem se pautado. Não concordo com entidade religiosa,  
(585)com Lyons, com Rotary e não concordo com as desculpas dos municípios de que

**CONCIDADES PARANÁ**  
*Conselho Estadual das Cidades*

(586) não há sociedade civil organizada em seu município e que estas são as entidades  
(587) que tem o domínio político do lugar, é a elite. No mínimo se não tem entidade sindical  
(588) tem uma Associação e acredito que todos os municípios têm Sindicato de  
(589) Trabalhador Rural e dizer que não tem é porque não faz parte do grupo político dele.  
(590) Nosso marco legal é uma recomendação, se formos seguir a essência do que está  
(591) recomendado teremos condições de invalidar, para isto a decisão política colocada  
(592) não se trata de acerto político é um compromisso que todos aqui vão assumir para  
(593) que não chegue na conferência estadual que segmento A, B ou C vai dizer que foi  
(594) prejudicado pela decisão tomada e a CERV não tomou uma decisão não foi por  
(595) medo, pois do meu ponto de vista a decisão está clara, mas temos um problema  
(596) legal para resolver, não podemos chegar em Foz sem uma posição e discutir outras  
(597) questões que não sejam o objetivo da conferência estadual como a composição das  
(598) delegações. Minha posição pessoal é pela invalidação desses delegados. O  
(599) conselheiro Luiz Herlain alega que não demos conta deste assunto na discussão do  
(600) regimento interno da 4ª Conferência Estadual, porque está implícita nesta questão a  
(601) disputa do poder político porque as pessoas querem impor suas opiniões pessoais  
(602) sobre as outras pessoas. Não temos uma política consolidada dentro dos  
(603) movimentos sociais, temos divergências e não temos problema de ter divergência.  
(604) Não é discurso que muda opinião é prática e a prática que nos colocou nesta  
(605) situação aconteceu na 3ª Conferência. O regimento interno diz que se você se  
(606) inscreveu em um segmento, não pode mais mudar de segmento até o final do  
(607) processo das conferências. Qual a discussão política neste momento, seguir as  
(608) orientações do Nacional, mas na questão de representação tem que ser deliberado  
(609) e tratado como lei. Temos que negociar, discutir, precisa ter o trabalho de todos  
(610) nós, estamos precarizados dentro da CERV que precisa ser reforçada e deve ser  
(611) respaldada para tomar suas decisões de vetar, de organizar, de construir, de  
(612) negociar com as conferências municipais com as delegações para que estas  
(613) questões sejam resolvidas antes de ir para Foz do Iguaçu. Não vamos resolver  
(614) problemas políticos, históricos e culturais num processo no meio de uma  
(615) conferência, vamos resolver os problemas que pudermos resolver. O conselheiro  
(616) Sérgio Ahrens justifica sua ausência na última reunião em função de acompanhar a  
(617) conferência municipal de Colombo. Fato seríssimo colocado pela conselheira Maria  
(618) das Graças pois a CERV adotou procedimentos rígidos um ritual de exames da  
(619) documentação e observando o princípio constitucional da publicidade a que se tornar  
(620) pública a decisão do poder público municipal em convocar a conferência municipal é o  
(621) Decreto. Foi verificado a legitimidade de todo o processo de convocação das  
(622) conferências municipais. A conselheira Carmen Menna Barreto informa que é a  
(623) terceira vez que participa da coordenação das conferências e a postura é a mesma, e  
(624) informa que sempre que atende solicitações de municípios que procuram se informar  
(625) sobre a legalidade das entidades existentes como Lyons, Rotary ela procura se  
(626) informar sobre outras entidades como Associação de Bairros, Clubes de Mãe,  
(627) Associação de Pais e Mestres e quando informada pelo município que não tem  
(628) entidades desta natureza recomenda a não realização da conferência municipal,  
(629) pois a tua sociedade não vai estar representada e o objetivo deste processo é a  
(630) inclusão social. Devemos prestar atenção aos termos legais e jurídicos, porque isso é

**CONCIDADES PARANÁ**  
Conselho Estadual das Cidades

<sup>(631)</sup>moral e ético, pois não temos nenhuma lei determinando o que estamos tratando aqui.  
<sup>(632)</sup>Este realmente é o momento de aperfeiçoar este processo, pois já está consolidada a  
<sup>(633)</sup>participação democrática dos governos. Acredito que vocês estão com toda razão para  
<sup>(634)</sup>a próxima conferência, mas neste momento não há respaldo documental nem do  
<sup>(635)</sup>Ministério das Cidades para invalidarmos participações, devemos aprimorar sim, mas  
<sup>(636)</sup>na conferência estadual estipulando formas de participação, e proibindo daqui para  
<sup>(637)</sup>frente tudo que cada segmento acha indevido. O conselheiro Carlos Lima comenta que  
<sup>(638)</sup>quem tem que tomar posição sobre o assunto é o conselho e não as pessoas. Existe a  
<sup>(639)</sup>CERV que até agora não invalidou nenhuma conferência municipal e a situação é  
<sup>(640)</sup>simples, pois somos conselho consultivo ao poder executivo, mas somos conselho  
<sup>(641)</sup>deliberativo nas questões do conselho é nossa competência tomar as decisões  
<sup>(642)</sup>internas. Não é preciso ter preocupação com as representações aqui citadas porque  
<sup>(643)</sup>muitas pessoas estão em varias representações, na política, na maçonaria, e outras e  
<sup>(644)</sup>as pessoas sérias destas representações estão atuando em todos os segmentos e não  
<sup>(645)</sup>há nada demais nisso. Participo de congregação, tenho partido político, mas nunca vim  
<sup>(646)</sup>pregar nem pedir voto, nunca me opus nem religiosamente nem politicamente com  
<sup>(647)</sup>qualquer idéia ou posição de quem possa ser meu opositor nestes campos, pois não  
<sup>(648)</sup>quero impor nada e não trago minhas convicções para dentro do conselho. Não quero  
<sup>(649)</sup>ser um modelo, só quero que tenhamos um padrão de avanço social nesse país. As  
<sup>(650)</sup>igrejas, por exemplo, tem uma entidade jurídica e de representatividade de  
<sup>(651)</sup>desdobramento, todas as igrejas tem, pois é a lei que determina, os clubes de serviço  
<sup>(652)</sup>tem suas designações próprias, só temos que ter coragem de tomar posição neste  
<sup>(653)</sup>conselho resolver o problema na base e que essa pessoa venha como Delegado  
<sup>(654)</sup>representando o segmento na qual ela está inserida e que não sejam estes de cunhos  
<sup>(655)</sup>ideológicos, filosóficos, religiosos e político. E propõe como encaminhamento que seja  
<sup>(656)</sup>votada uma decisão clara que o delegado tenha oportunidade de se inscrever na base,  
<sup>(657)</sup>lá no município, mas que não sejam entidades como estas já qualificadas e vá para a  
<sup>(658)</sup>conferência estadual com tudo isto já resolvido. O conselheiro Denilson Pestana  
<sup>(659)</sup>coloca que concorda com a posição do conselheiro, mas considera a decisão  
<sup>(660)</sup>intempestiva, pois esta posição deveria ser tomada no início do processo das  
<sup>(661)</sup>conferências municipais e constar do regimento estadual, deveria ter sido estabelecido  
<sup>(662)</sup>um critério destas participações. O problema agora é que já aconteceram conferências  
<sup>(663)</sup>municipais e já estão indicados como delegados, temos de admitir o erro tanto em  
<sup>(664)</sup>nível nacional como estadual. Corremos o risco de sermos desmoralizados  
<sup>(665)</sup>politicamente, pois os delegados já foram eleitos, já possuem representatividade  
<sup>(666)</sup>assegurada, não dá para mudar a regra neste momento. O conselheiro Joel Correa  
<sup>(667)</sup>considera importante a representatividade, e acrescenta que o problema da cidade de  
<sup>(668)</sup>Londrina é muito maior do que o problema paroquial da Secretaria de Planejamento da  
<sup>(669)</sup>prefeitura. O encaminhamento correto da maneira que se apresenta seria expurgar  
<sup>(670)</sup>todos estes delegados que se encontram nesta situação mas politicamente não  
<sup>(671)</sup>podemos fazer isso agora, pois os erros não são dos delegados. Existem detalhes  
<sup>(672)</sup>conflitantes na questão de Londrina desde a formação da comissão preparatória, mas  
<sup>(673)</sup>não invalidamos a conferência por uma questão de coerência, e temos que sair daqui  
<sup>(674)</sup>minimamente com um encaminhamento, ou seja, que se aprove como está. A  
<sup>(675)</sup>conselheira Maria Felomena Sandri faz a leitura do Art. 25 que trata das competências

**CONCIDADES PARANÁ**  
*Conselho Estadual das Cidades*

(676) da Comissão Preparatória Estadual, e acrescenta encaminhamento alegando que  
(677) ainda há tempo para uma resolução para a conferência para a eleição dos delegados  
(678) estaduais para que estas questões não venham para o conselho estadual. O  
(679) conselheiro Carlos Lima alega que desta maneira estaremos protelando uma decisão  
(680) por falta de coragem e não vejo problema nenhum de tomar qualquer decisão e  
(681) quem vai sair prejudicado neste processo será o movimento social. Lamento, pois não  
(682) é exemplo de organização social este tipo de pensamento, que é um pensamento  
(683) retrógrado e que perfaz as piores organizações sociais existentes, onde um  
(684) pensamento individual se opõe ao coletivo e conclui retirando seu encaminhamento de  
(685) votação e pede registro de sua posição neste conselho da sua completa indignação,  
(686) pois para avançar é necessário restituir as instâncias de decisões governamentais das  
(687) ideologias, das filosofias, das religiosidades e todas estas questões que estão aí  
(688) colocadas. O conselheiro Luiz Herlain coloca que existem dois encaminhamentos. Um  
(689) encaminhamento é fazer uma Resolução deste conselho para a conferência estadual  
(690) já como posição consolidada deste conselho de que as questões discutidas aqui sejam  
(691) observadas concretamente na 4ª Conferência em Foz do Iguaçu como um processo  
(692) didático e que este encaminhamento do estado e discutido na 4ª Conferência Estadual  
(693) oriente os trabalhos em Brasília para que se torne perene e se transforme em lei. O  
(694) outro encaminhamento é que não teremos decisão neste sentido, pois estamos em  
(695) andamento com o processo das conferências e o tempo para determinação de critérios  
(696) de participação já passou. O conselheiro José Leite faz um alerta sobre a questão da  
(697) Resolução colocada e da dificuldade de operacionalizar para a conferência estadual  
(698) pois os Delegados já estão eleitos e acrescenta que a partir de agora as questões  
(699) envolvidas só poderão ser resolvidas na 4ª Conferência Estadual dentro dos  
(700) segmentos. O conselheiro Denílson Pestana alega que esta resolução não vai resolver  
(701) e que não é este o momento para estabelecer normas. Concorda que tem erro, mas  
(702) que agora não tem como resolver, as pessoas eleitas tem direito a sair Delegado a  
(703) estadual, sair Delegado a nacional agora eles podem tudo. Agora tem que pensar de  
(704) maneira ampla qualquer atitude será oportunismo e para resolver de maneira definitiva  
(705) tem que ser daqui para frente para outra conferência porque neste momento não se  
(706) pode resolver nada, para esta conferência estadual e para a nacional os segmentos  
(707) terão que resolver dentro dos segmentos, pois todos os segmentos estão com  
(708) problemas. O conselheiro Anselmo Schwertner propõe que os conselheiros do  
(709) segmento popular se reúnam para avaliar a questão dos Delegados e fazer uma  
(710) análise dos inscritos e tomar uma posição mediante a situação existente  
(711) concretamente. O conselheiro Valdir Mestriner comenta que para a CERV falta  
(712) definição de como enquadrar entidades e associações e que como é possível alegar  
(713) que estas entidades possam estar enquadradas no segmento errado ou que no  
(714) cadastramento realizado a pessoa que cadastrou colocou de maneira errada. O  
(715) conselheiro Denílson Pestana diz que fizemos a discussão no pleno e que a CERV  
(716) terá que resolver e decidir as questões mesmo que haja recurso, e tendo recurso aí se  
(717) for o caso que venha para o pleno. O conselheiro Carlos Lima tendo em vista o  
(718) relatório dos Delegados solicita que haja contemplação da nomeação das pessoas e  
(719) das entidades a que cada Delegado pertence antes da conferência estadual. Que cada  
(720) município apresente cada pessoa e a entidade a que pertence oficialmente através de



**CONCIDADES PARANÁ**  
*Conselho Estadual das Cidades*

(721) documento de comprovação assinada pelo responsável da entidade. O conselheiro  
(722) Valdir Mestriner encaminha por uma Resolução que seja dada publicidade, para que  
(723) as entidades encaminhem documento indicando seus delegados, enquadrando dentro  
(724) das políticas de desenvolvimento urbano. O conselheiro José Leite solicita verificação  
(725) de quorum para votação e considera que não pode ser feita alteração agora o  
(726) processo já está em andamento. O conselheiro Luiz Herlain informa que as  
(727) deliberações neste momento são deliberações do conselho diz que a proposta  
(728) apresentada deve ser colocada em votação. A Resolução existente é a única até o  
(729) momento e faz a leitura da Resolução e após a conclusão da leitura são feitas  
(730) manifestações e sugestões para compor o texto com amparo nas argumentações  
(731) realizadas nos debates sendo que a redação ficou da seguinte maneira: “Resolução do  
(732) CONCIDADES PARANÁ de dar publicidade que os Delegados Titulares e Suplentes  
(733) eleitos nas etapas municipais e estadual devem apresentar documentação  
(734) comprovando a sua vinculação as entidades pelos quais foram eleitos assinados pelos  
(735) seus responsáveis.” A Resolução foi aclamada e aprovada pela unanimidade dos  
(736) presentes. Em seguida o conselheiro Luiz Herlain encaminha duas Resoluções da  
(737) Coordenadoria Executiva da 4ª Conferência Estadual e esclarece que uma Resolução  
(738) trata da prorrogação até 20 de dezembro da prorrogação de convocação das  
(739) Conferências Municipais e a outra Resolução trata da prorrogação até 31 de janeiro de  
(740) 2010 para a realização das Conferências Municipais e pergunta se existe alguma  
(741) observação, sendo nada argumentado pergunta se as duas Resoluções estão  
(742) aprovadas sendo prontamente respondido que sim. Logo a seguir o conselheiro Luiz  
(743) Herlain encaminha o item de pauta que foi agrupado a este tema que trata da  
(744) “Necessidade ou não de Suplentes para compor a CERV” e passa a palavra para o  
(745) conselheiro Valdir Mestriner para justificar a solicitação. O conselheiro Valdir  
(746) argumenta que a CERV é composta de seis membros de cada um dos segmentos e  
(747) mais um membro da coordenação da conferência que totalizam sete membros sem  
(748) suplentes e que a CERV tem se reunido quase sempre com a presença do quorum  
(749) mínimo e algumas vezes encontrando dificuldades para reunir estes membros e  
(750) acrescenta também que a fase de análise dos documentos é bastante minuciosa e  
(751) requer bastante tempo dos envolvidos e que foi verificado que a Comissão Recursal e  
(752) de Validação Nacional tem suplente e na última reunião da CERV decidimos que  
(753) traríamos esta proposta para o pleno estadual para deliberar sobre a escolha dos  
(754) suplentes para a CERV para que tenhamos um grupo maior para a realização das  
(755) tarefas. O conselheiro Luiz Herlain faz o encaminhamento da questão explicando que  
(756) a proposta é que haja alteração para a possibilidade de se eleger representantes  
(757) suplentes para a CERV e estando aprovada esta proposta cada segmento deverá  
(758) indicar seu representante suplente e a coordenação escolherá seu suplente sendo que  
(759) a nova composição da CERV terá seis conselheiros titulares e seis conselheiros  
(760) suplentes mais um representante da coordenação estadual titular com seu suplente  
(761) pergunta se alguém é contrário ao encaminhamento e não há manifestação contrária  
(762) sendo a proposta aprovada pela unanimidade dos presentes e as indicações dos  
(763) suplentes devem ser feitas imediatamente e repassadas para a coordenação executiva  
(764) da 4ª Conferência Estadual das Cidades. Não havendo nada mais a relatar a reunião  
(765) foi encerrada às 13h e 11 minutos pelo conselheiro Luiz Carlos da Silva Herlain

**CONCIDADES PARANÁ**  
Conselho Estadual das Cidades

(766) representante da CMP e Secretário Executivo da 4ª Conferência Estadual das Cidades  
(767) do segmento dos Movimentos Sociais e Populares e anotada por mim, Ana Carmen de  
(768) Oliveira, representante da entidade do SindARQ do segmento dos Trabalhadores e  
(769) assinada pelos presentes cuja relação segue abaixo.-----

**Wilson Bley Lipski**

Diretor Geral da SEDU

---

**Antonio Weinhardt Juni**

Secretario Executivo

---

Conselheiros:

**1) Alceu Valdomiro Blaca do Nascimento**

---

**2) Ana Carmen de Oliveira**

---

**3) Antonio Borges dos Reis**

---

**4) Anselmo Schwertner,**

---

**5) Ary Talamini Júnior**

---

**6) Carlos Alberto Lima**

---

**7) Carlos Roberto Bittencourt**

---

**8) Carolina Caraíba Nazareth Alves**

---

**9) Carmen Sueli Menna Barreto Gomes**

---

**10) Denílson Pestana da Costa**

---

**11) Emanuel Lêem**

---

**12) Hilma de Lourdes Santos**

---

**13) Jérson Godoy Leski**

---

**14) Jiovaný do Rocio Kissilevicz**

---

**15) Joel Tadeu Côrrea**

---

**16) Jose Aparecido Leite**

---

**CONCIDADES PARANÁ**  
*Conselho Estadual das Cidades*

**17) Lindelma Furtado de Melo Chionpato**

---

**18) Luiz Carlos da Silva Herlain**

---

**19) Maria das Graças Silva de Souza**

---

**20) Maria Felomena Oliveira Sandri**

---

**21) Mario César Marcondes**

---

**22) Mirabel Caldeira Lopes**

---

**23) Sérgio Ahrens**

---

**24) Simone de Fátima Campos Cogo**

---

**25) Oilson Antonio Alves**

---

**27) Ubiraitá Antônio Dresch**

---

**28) Valdir Aparecido Mestriner**

---